COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 4.303, DE 2012

Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para criar e disciplinar a sociedade anônima simplificada (SAS).

Autor: Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

Relator: Deputado GUILHERME CAMPOS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 4.303, de 2012, de autoria do Dep. Laercio Oliveira, pleiteia a revogação e o acréscimo de dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com o objetivo de criar o “Regime Especial da Sociedade Anônima Simplificada (RE-SAS)”. Para tanto, pretende alterar o art. 294 e adicionar os artigos 294-A, 294-B, 294-C, 294-D, 294-E, 294-F, 294-G, 294-H e 294-I.

Inicialmente, o PL faculta à companhia cujo patrimônio líquido seja inferior a R\$ 48.000.000,00 constituir-se sob o Regime da Sociedade Anônima Simplificada (RE-SAS), podendo, todavia, aderir a qualquer tempo a esse sistema, desde que aprovado por acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto ou de acordo com o estatuto da sociedade. Caso a companhia extrapole o limite fixado, ela será excluída no exercício fiscal seguinte, sem que haja necessidade de deliberação dos acionistas, embora os mesmos tenham que participar da assembleia geral, a fim de deliberarem a respeito da adaptação do estatuto da companhia, quando da adesão ou da exclusão.

É importante evidenciar que o estatuto da companhia deve conter expressamente o acolhimento do Regime Especial do RE-SAS, podendo

constituir-se com um único acionista, pessoa física ou jurídica. Além disso, admite-se que a organização sob este regime tenha as seguintes prerrogativas:

- a. convocar assembleia geral por anúncio entregue a todos os acionistas, contra recibo, tendo, ainda, que ser publicado, por no mínimo, três vezes;
- b. divulgar e manter seus atos constitutivos, as atas de assembleia geral, as atas do Conselho de Administração, se houver, em sítio próprio, mantido na rede mundial de computadores;
- c. o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- d. cópia das demonstrações financeiras;
- e. o parecer dos auditores independentes, se houver;
- f. o parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver;
- g. demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia;
- h. atas do Conselho de Administração.

A divulgação dos documentos contidos nas alíneas “b” a “h” dispensa a companhia de publicações nos meios de comunicação escritos. O acionista participante da sociedade anônima simplificada poderá participar e votar à distância em assembleia geral, além de participar dos lucros e das perdas na proporção das respectivas ações, podendo dispor diversamente o estatuto.

A diretoria da companhia sob esse regime será composta por um ou mais diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, ou, se inexistente, pela assembleia geral, devendo o estatuto observar, no que couber, o que estabelece o Art. 143, da Lei nº 6.404, de 1976. O tempo de gestão dos diretores e dos membros do Conselho de Administração poderá ser indeterminado, desde que exista previsão expressa no estatuto.

Nas companhias sob o RE-SAS, o pagamento da participação dos administradores poderá ser feito, sem restrições, desde que aprovado por unanimidade pelos acionistas. Ainda, qualquer dos acionistas pode retirar-se da companhia, mediante notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto se houver restrições no estatuto. Os acionistas remanescentes, nos 30 dias seguintes a do recebimento da notificação, poderão optar pela dissolução da companhia, em assembleia geral especialmente convocada, na qual o acionista retirante estará impedido de votar.

O estatuto deverá estabelecer regras para a determinação do valor de reembolso, que somente poderá ser inferior ao valor do patrimônio líquido a preço de mercado, apurado em balanço especial com base no mês anterior ao da retirada, quando for calculado com base no valor econômico da companhia apurado em avaliação. Acrescente-se, também, que a companhia ou qualquer de seus acionistas poderá requerer a exclusão judicial do acionista que descumprir suas obrigações sociais.

O estatuto da companhia poderá contemplar hipóteses de exclusão extrajudicial do acionista faltoso, devendo definir este procedimento e o exercício do direito de defesa, sob pena de invalidade da regra que o determinar.

A Sociedade Anônima Simplificada – SAS não está incluída na restrição contida na Lei Complementar nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), in verbis:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Segundo o autor, o RE-SAS tem o objetivo de proporcionar à pequena e média empresa forma societária consolidada, simples e barata, com segurança jurídica.

A proposição foi remetida às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), estando sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões - Art. 24, II. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme art. 32, inc. VI, “I”, cabe a esta Comissão a análise de matéria acerca do regime jurídico das empresas e do tratamento preferencial para microempresas e para empresas de pequeno porte. Sendo assim, passamos ao parecer tratando dos juízos de conveniência e oportunidade da proposição.

Em análise, verificamos a extrema importância da proposição em questão. Com sua aprovação, traremos ao âmbito jurídico brasileiro a possibilidade do exercício de direito de instituição de Sociedade Anônima Simplificada. A intenção é estender aos empresários de micro e pequeno porte a possibilidade de enquadramento em um regime jurídico eficiente e inovador.

Dessa forma, os empresários brasileiros serão atendidos pela praticidade e segurança que o regime jurídico das sociedades anônimas oferece. Logo, entendemos pelo seu acolhimento, apresentando apenas algumas alterações, com o objetivo de especializar a matéria.

As alterações são:

- a) O *caput* do art. 294, onde se lê “Art. 294. É facultado à companhia, cujo patrimônio líquido for inferior a **R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais)**, constituir-se sob o regime especial da sociedade anônima simplificada – RE-SAS - ou a ele aderir a qualquer tempo.”, leia-se “Art. 294. É facultado à companhia, cuja receita bruta anual for inferior a **R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)**, constituir-se sob o regime especial da sociedade anônima simplificada – RE-SAS – ou a ele aderir a qualquer tempo.”;

A emenda se justifica porque o RE-SAS pretende ofertar um incentivo material ao empreendedorismo, com base em estruturas societárias

mais seguras e menos custosas, permitindo também que as pequenas e as médias empresas tenham acesso a eficientes técnicas de financiamento, sem prejuízo da transparência e do acesso às informações sobre o estado da empresa.

A mitigação de custos de constituição e de manejo, que se propõe por meio do RE-SAS, ganhará mais evidentes justificativas se beneficiar as pequenas e as médias empresas. O incentivo, portanto, só deve desaparecer quando esses custos já não se mostrarem significativos no contexto do montante de negócios da companhia e de seus resultados. Em um cenário de grandes disparidades, a determinação de uma medida restritiva da média empresa produziria exclusão e, o que é pior, um efeito paralisante, um desincentivo ao crescimento.

Uma companhia que ostenta receita bruta de R\$ 300 milhões não é mais de pequeno porte, mesmo nas regiões economicamente mais pujantes do país, mas também não é grande, visto que a grande empresa exibe receita bruta de centenas de milhões, senão de bilhões de reais, segundo o que observa nas companhias listadas na BM&F-BOVESPA. Note-se que todas as companhias listadas, exemplos de empresa de grande porte, ostentam receita bruta superior a R\$ 300 milhões, à exceção dos casos em que se verifica uma crise empresarial (e a companhia em questão experimenta dificuldades financeiras e/ou se encontra em recuperação judicial).

Quanto à publicidade de seus atos e fatos contábeis, faculta-se à SAS regime simplificado conforme a nova redação sugerida ao artigo 294-C, como se segue:

b) “Art. 294-C. Em alternativa ao disposto no *caput* dos arts. 289 e 124, sem prejuízo de seus respectivos parágrafos, é facultado à companhia sob o regime especial da sociedade anônima simplificada, RE-SAS, publicar, exclusivamente em jornal de grande circulação, editado na localidade em que está situada a sede da sociedade, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no sítio do mesmo jornal, na rede mundial de computadores (internet):

I - um só anúncio de convocação de assembleia geral;

II - seus atos constitutivos, as atas de assembleia geral e as atas de conselho de administração, se houver, na forma de sumário ou em extrato, consoante os §§ 1º e 3º do art. 130;

III – de forma resumida, as demonstrações financeiras discriminadas no art. 176, comparativamente com os dados do exercício social anterior, desde que sejam divulgadas, no

mínimo, informações ou valores globais relativos a cada grupo e respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas, no parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver.

Parágrafo Único. Incumbe ao jornal referido no caput providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos no sítio próprio, por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil.”

A nova redação dada ao art. 294-C reflete a conveniência de focar as publicações unicamente em órgão de imprensa de grande circulação na localidade sede da companhia e atende ao objetivo de transparência e ampla divulgação dos atos empresariais, com oneração mínima às empresas, o que não se alcança com as publicações realizadas em órgãos oficiais, cujas tabelas de precificações na realidade equivalem ou superam as dos concorrentes privados, com a desvantagem imensa da diminuta circulação e do baixo interesse do público leitor.

Além disso, propomos que a convocação dos acionistas para as assembleias gerais permaneça como se encontra prevista no art. 124 da Lei das S/A, porém sujeita a publicação única, com os dados do evento e da pauta deliberativa. Consideramos que o anúncio mediante comunicação individual a cada acionista, contra recibo, não será significativamente menos oneroso que a atual forma pública, mas se afigura mecanismo nada transparente, que não condiz com as expectativas de mercado ou de terceiros, com interesses legítimos sobre as questões em pauta.

Nessa linha, é indispensável veicular as demonstrações financeiras das sociedades anônimas, mesmo na hipótese de se instituir a modalidade simplificada, em jornais de grande circulação, podendo, de forma complementar ou subsidiária, ser disponibilizada integralmente em sítio próprio do jornal, como contrapartida à primeira.

Assim, a disponibilização do material de publicação deve ocorrer ao mesmo tempo no próprio sítio do veículo na Internet, não com o caráter de substituição da edição impressa, mas acessória a esta, tanto mais se considerarmos a não universalização, ainda, da possibilidade de acessos e, sobretudo, a insegurança que persiste quanto à integridade dos dados, informações e arquivos em geral armazenados no mundo virtual ou que transitam pelo espaço cibernético. Por isso mesmo, para confiabilidade dos conteúdos digitais e em prol da credibilidade do meio de comunicação, prevemos a necessidade de se autenticar a divulgação eletrônica dos

documentos mediante certificação digital por autoridade legalmente credenciada.

Entendemos, pois, que o Projeto possa conferir tratamento específico para as sociedades anônimas simplificadas, diferente do que a legislação prevê para as demais, passando a admitir que as publicações impressas ordenadas pela Lei nº 6.404/76 se circunscrevam à publicação única, no caso dos anúncios de convocação das assembleias gerais, modificando o vigente art. 124, assim como à forma resumida, no caso dos documentos listados no art. 133, ou mediante sumário ou extrato, no caso das atas das assembleias, conforme preveem os §§ 1º e 3º do art. 130, mantendo-se a veiculação em jornal de grande circulação, mas não dispensá-la.

As referidas propostas visam aprimorar o texto, portanto, com base em todos os fundamentos apresentados acima, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.303, de 2012, com emenda.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2013.

GUILHERME CAMPOS

Deputado Federal – PSD/SP

Relator